

Primeiro Emprego enfrenta três meses de atraso

AJ23702

Emprego

Brasília – O propagado programa Primeiro Emprego vai atender este ano a no máximo 45 mil jovens, sendo 10 mil deles na região metropolitana do Rio de Janeiro. A demora nas votações do projeto no Congresso já está prejudicando as metas de contratação de jovens. Na melhor das hipóteses, se tudo correr bem e a medida for aprovada pelo Senado sem emendas na próxima semana, o programa vai começar a funcionar com mais de três meses de atraso.

A previsão inicial do Governo era empregar 260 mil jovens até junho de 2004. Cerca de 200 mil jovens já procuraram os Sistema Nacional de Emprego (Sines), para cadastramento. Diante do atraso no programa, o Ministério do Trabalho deverá pedir um remanejamento da verba que estava prevista para este ano para 2004.

O Ministério reconhece que não haverá tempo suficiente para aplicar os R\$ 139 milhões autorizados para o programa neste ano, principalmente a parcela destinada ao subsídio (o repasse durante seis meses de R\$ 200 para as empresas do Simples e de R\$ 100 para as de porte médio que contratarem um jovem).

Caso o Governo consiga finalmente pôr o programa nas ruas na segunda quinzena deste mês, o Ministério estima que deverão ser gastos este ano apenas R\$ 72 milhões. Desse total, R\$ 40 milhões serão destinados às empresas e o restante aplicado em cursos de capacitação e na bolsa de R\$ 150 aos jovens que queiram participar de serviço civil voluntário e trabalho comunitário.

Indefinição

Embora o programa tenha sido lançado em junho, até agora o Ministério do Trabalho não sabe quantas empresas estariam dispostas a dar oportunidades para jovens, entre 16 anos e 24 anos, em troca de subsídio. Como o projeto ainda não foi aprova-

do no Congresso e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na prática, o Primeiro Emprego ainda não existe e as empresas não podem ir aos Sines e assinar o Termo de Adesão (documento obrigatório para receber o repasse).

Segundo o assessor parlamentar do Ministério do Trabalho, Marcos de Castro Lima, se a proposta for aprovada pelo Senado com emendas, o projeto volta para a Câmara e deverá atrasar o início do programa em pelo menos mais 30 dias. “Quem perde com esses atrasos é a população”, disse Lima, lembrando que, embora tenha urgência, o projeto não foi aprovado na semana passada porque o Governo não conseguiu fechar um acordo com a oposição para destrancar a pauta do Senado.

Enquanto isso, Alenice Vieira dos Santos, 18 anos e mãe de uma menina de um ano e três meses, não vê a hora de ser chamada para o seu primeiro emprego. Ela e cinco irmãs moram com a mãe, que recebe R\$ 250 por mês para sustentar a família. “Quero ajudar a minha mãe a construir sua casa e dar um futuro melhor para a minha filha”, disse Alenice. (AG)

NATAL

Governo perde oportunidade

Para o consultor de Orçamento da Câmara e especialista em mercado de trabalho, Leonardo Rolim, com a demora na votação do projeto, o Governo perdeu uma grande oportunidade de estimular a contratação na indústria, em virtude dos pedidos de Natal. “A indústria já está encerrando as contratações. Acredito que o programa poderá ser aproveitado pelo comércio e mesmo assim, pelos novos estabelecimentos”.